



Ata n.º 3/2025

----- No dia trinta de junho de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, na Associação Cultural e Recreativa Nascentes do Lis, a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, presidida por Nuno Alexandre Gonçalves Martinho. -----

----- Pelas vinte e uma horas e trinta e quatro minutos, havendo quórum, o Presidente da Assembleia deu início à sessão.-----

----- O Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, agradeceu à direção da Associação Cultural e Recreativa Nascentes do Lis o acolhimento da sessão e pediu que apresentassem a associação e o trabalho desenvolvido.-----

----- Manuel Ribeiro, na qualidade de fundador e membro da Assembleia Geral da Associação Cultural e Recreativa Nascentes do Lis, fez a apresentação da associação desde a sua origem.-----

----- O Presidente da Assembleia deu início ao período de audição do público.-----

----- Aníbal Carvalho, residente em Pousos, mostrou-se satisfeito por regressar às Fontes, recordando as várias provas desportivas que organizara naquela associação e nas localidades de Fontes e Reixida.-----

----- Recordou todo o processo relacionado com a desagregação da Freguesia dos Pousos e pediu ao Executivo que preparasse toda a documentação para o próximo Executivo, de modo que o assunto não fosse esquecido.-----

----- Agradeceu ao Executivo, à Assembleia de Freguesia, à Câmara Municipal de Leiria e ao cidadão Nuno Fernandes todo o empenho dedicado a este processo.-----

----- Perguntou por que motivo a presente sessão da Assembleia não se realizara nos Pousos, uma vez que grande parte dos pontos da ordem de trabalhos se referiam a uma associação muito estimada pelos Pousenses.-----

----- Questionou ainda se faria sentido celebrar, nesta data, um contrato de comodato para o Centro Cultural dos Pousos, estando a obra ainda em fase de construção e sem prazo definido para entrega.-----

----- Denunciou o mau trabalho prestado pela empresa que efetuara a limpeza e o corte de ervas nas ruas dos Pousos, questionando se existia algum tipo de fiscalização ao trabalho prestado e à sua qualidade e se todas as ruas e passeios tinham sido devidamente limpos.-----

----- Perguntou também se a União das Freguesias dispunha de alguma equipa ligada à Proteção Civil.-----



----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para responder ao interveniente.-----

----- O Presidente do Executivo cumprimentou todos os presentes, felicitou e agradeceu à direção da Associação Cultural e Recreativa Nascentes do Lis pelo acolhimento.-----

----- Em resposta a Aníbal Carvalho, o Presidente do Executivo informou que, desde o início do mandato, as sessões da Assembleia eram descentralizadas pelos diversos lugares da União das Freguesias, de modo a garantir maior proximidade com a população, e que por essa razão a presente sessão se realizava na Associação Cultural e Recreativa Nascentes do Lis.-----

----- Relativamente à limpeza das ruas nos Pousos, informou que havia fiscalização por parte da Junta de Freguesia e essencialmente pela própria população.-----

----- Acrescentou ainda que a Junta de Freguesia possuía uma viatura de apoio à Unidade Local de Proteção Civil e que existia uma equipa de bombeiros em vigilância na Senhora do Monte, a qual cobria uma vasta extensão de território.-----

----- O Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra ao público presente.-----

----- Joaquim Ribeiro, Vice-Presidente da União Desportiva de Leiria (UDL), manifestou o interesse do clube em implementar um complexo desportivo na localidade de Azabucho, Freguesia de Pousos.-----

----- Enumerou algumas das vantagens do futuro complexo, justificando que ficaria entre os cinco melhores espaços de formação de jovens do país, à parte dos três grandes clubes:-----

- Permitiria o desenvolvimento e a formação desportiva de muitas crianças e jovens; ----
- Desviaria os jovens dos vícios da droga e da internet; -----
- Criaria muitos postos de trabalho;-----
- Disponibilizaria um percurso de manutenção para a população em geral, para a prática de exercício físico e caminhadas; -----
- Pela sua localização central, atrairia clubes do Norte que se deslocam ao Sul para jogar com o Estoril, Benfica e Sporting; -----
- Teria condições para receber o Mundial de 2030; -----
- E, devido à boa representatividade do clube junto da Federação Portuguesa de Futebol e demais instituições, permitiria que a UDL recebesse atividades desportivas de relevo nacional e internacional, contribuindo para o desenvolvimento da Freguesia de Pousos. -

----- O arquiteto projetista apresentou o projeto, garantindo que a obra respeitaria o espaço e a harmonia do local.-----



União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
Assembleia de Freguesia

----- Nuno Fernandes (PSD) perguntou o que a União Desportiva de Leiria pretendia da Assembleia de Freguesia.-----

----- O Presidente da Assembleia explicou que a apresentação do projeto visava sondar a possibilidade de apoio por parte da Junta de Freguesia. Esclareceu ainda que, como qualquer decisão nesta matéria carecia de aprovação pela Assembleia de Freguesia, sugeria que a UDL apresentasse um pedido formal, devidamente fundamentado, para ser apreciado numa próxima sessão.-----

----- Sem mais pedidos de intervenção do público, o Presidente da Assembleia deu início ao período antes da ordem do dia.-----

----- Manuel Pereira (PS) cumprimentou os presentes e sugeriu que, após o corte das árvores da Quinta do Marquês da Cruz, fosse feito o alargamento da via (Rua da Bela Vista). Pediu a reparação urgente de parte do troço da mesma rua, que se encontrava intransitável, e questionou se o painel informativo da Barreira seria ainda executado neste mandato.-----

----- Nuno Fernandes (PSD) cumprimentou os presentes e colocou diversas questões:

- Desde quando existia o programa Viver Freguesias?-----

- Que mural fora construído nas Cortes além do “lettering”? Pelo relatório apresentado, além do “lettering”, que custou 7.872,00 €, teria sido construído um mural no valor de 7.578,55 €.-----

- Se já houvera alguma reunião com as Infraestruturas de Portugal para que o “lettering” dos Pousos fosse colocado na rotunda do Cemitério.-----

- Para onde tinham sido levados os paralelos do aterro sanitário que pertenciam aos Pousos.-----

- Que obras estavam a ser realizadas no parque de futebol de areia dos Pousos.-----

----- Ana Bernardes (BE) cumprimentou os presentes e chamou a atenção para a falta de acessibilidades no Parque José Matoso (encosta do Castelo), dificultando o acesso de pessoas em cadeira de rodas, com muletas e até com carrinhos de bebé. Questionou ainda se tinha sido assegurada, pela Câmara Municipal, pela Junta de Freguesia, pelos Bombeiros e pelos proprietários, alguma estratégia para diminuir a perigosidade dos incêndios na Mata da Curvachia.-----

----- O Presidente do Executivo respondeu aos intervenientes, informando que:-----

- O corte dos cedros nos Lourais ocorrera numa ação conjunta entre a Junta de Freguesia e a Proteção Civil de Leiria.-----



- Confirmou que o piso da Rua da Bela Vista estava em mau estado e informou que a Junta já possuía orçamento para a reparação, aguardando apenas o parecer do Município de Leiria para execução do alargamento e pavimentação da via. -----
- Os painéis publicitários para as Cortes e para a Barreira já estavam orçamentados, mas ainda não tinham sido adjudicados por os locais escolhidos não cumprirem os requisitos ideais.-- -----
- Na Barreira fora construído um mural (em frente ao “Jota”), nas Cortes o *lettering* encontrava-se já implementado na rotunda, e nos Pousos ainda não fora construído por depender de autorização das Infraestruturas de Portugal, responsáveis pela gestão das rotundas. -----
- Explicou que os paralelos não pertenciam apenas aos Pousos, mas resultavam da requalificação de várias ruas, sendo substituídos por betuminoso. Esses paralelos tinham sido reutilizados em valetas espraçadas e, em alguns casos, doados a particulares que os solicitaram para melhoramentos exteriores. -----
- Informou que a obra no campo de futebol de areia dos Pousos correspondia ao prolongamento para construção de um campo de voleibol de areia, estando a ser executada pelo GRAP com o apoio da Câmara Municipal. -----
- Comprometeu-se a levar à Câmara Municipal o problema dos acessos ao Parque José Matoso. -----
- Relativamente à preservação da Mata da Curvachia, garantiu que era preocupação de todos e informou que a Unidade Local de Proteção Civil dos Arrabal assegurava vigilância no local. -----
- O Presidente da Assembleia deu conta da falta justificada de Miguel Bilhota Xavier e da ausência de Inês Moreira (PS), que justificara igualmente a sua falta, tendo sido substituída por Manuel Ferreira (PS). -----
- Esclareceu ainda que, de acordo com o que foi informado, o contrato de comodato com a SAMP, para utilização do auditório, se devia à necessidade daquela entidade se candidatar a apoios destinados à aquisição de equipamento técnico não previsto no projeto, e que, por essa razão, não seria colocado pelo empreiteiro. -----
- **Ponto 1- Leitura, apreciação e votação da Ata n.º 2/2025.** -----
- O Presidente da Assembleia pediu a dispensa da leitura da ata, uma vez que já fora enviada a todos os membros. Tendo recebido acordo unanime, colocou a ata à apreciação. -----
- João Machado (IL) pediu a retificação da sua votação relativamente ao orçamento, esclarecendo que se abstera, quando a ata mencionava voto contra. -----



----- Com a correção do lapso e sem mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou a Ata n.º 2/2025 a votação, tendo esta sido aprovada por maioria, com três abstenções (PSD, PS e CH), por não terem estado presentes na sessão a que a ata dizia respeito. -----

----- **Ponto 2 - Apreciação da atividade e da situação financeira da União de freguesias no período de 1-03-2025 a 31-05-2025.** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo, caso tivesse algo a salientar. -----

----- O Presidente do Executivo disse não ter nada a informar e disponibilizou-se para prestar quaisquer esclarecimentos. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- **Ponto 3: Apreciação, discussão e votação do Contrato Comodato a celebrar com a Confraria Gastronómica Pinhal do Rei e da Morcela de Arroz, nos termos da alínea i) do art. 9 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para justificar a necessidade da celebração deste contrato. -----

----- O Presidente do Executivo explicou que esta associação já existia há vários anos, mas que apenas agora solicitara uma sala no Centro Associativo da Barreira. Acrescentou que, ao formalizar esta cedência, o Executivo verificara a existência de outras associações sem contrato, tendo decidido celebrar contratos de comodato com todas. -----

----- João Machado (IL) afirmou concordar com o apoio às associações, mas discordava da celebração de contratos com a duração de quatro anos, a apenas três meses das eleições, por considerar que isso manietaria o próximo Executivo. -----

----- O Presidente da Assembleia perguntou se João Machado pretendia apresentar alguma proposta alternativa. -----

----- João Machado sugeriu que o contrato tivesse a duração de dois anos, podendo depois ser renovado de quatro em quatro anos. -----

----- Manuel Pereira (PS) questionou a que sala se referia concretamente o contrato. -----

----- O Presidente do Executivo esclareceu tratar-se da cedência da sala do rés-do-chão do Centro Associativo da Barreira, acrescentando que a associação suportaria as despesas de água, luz e eventuais benfeitorias. -----

----- José Gaio (CH) sugeriu que, para conferir maior estabilidade à associação e salvaguardar a capacidade de decisão do próximo Executivo, o contrato tivesse a duração de cinco anos, podendo ser renovado de quatro em quatro anos. -----



[Handwritten signature]

----- O Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta de João Machado (IL), que obteve 2 votos a favor (IL, BE).-----

----- De seguida, colocou a votação a proposta de José Gaio (CH), que foi aprovada por maioria com 12 votos a favor (CH, PS), 4 abstenções (PSD) e 2 votos contra (IL, BE).

----- Assim, o Presidente da Assembleia submeteu a votação o ponto **3 – Apreciação, discussão e votação do Contrato de Comodato a celebrar com a Confraria Gastronómica Pinhal do Rei e da Morcela de Arroz**, com a duração de cinco anos, renovável de quatro em quatro anos. O ponto foi aprovado por maioria, com 1 voto contra (IL), 4 abstenções (PSD) e 13 a favor (CH, PS, BE). -----

----- **Ponto 4: Apreciação, discussão e votação dos Contratos de Comodato a celebrar com a SAMP- Sociedade Artística e Musical dos Pousos.**-----

----- O Presidente da Assembleia explicou que:-----

- O Ponto 4.1 se referia à cedência da Fração “N”, uma sala do edifício dos Pousos, já anteriormente utilizada na altura da então Freguesia dos Pousos;-----

- O Ponto 4.2 dizia respeito à cedência de duas lojas situadas atrás da secretaria dos Pousos, lojas A e B do Lote 90, propriedade da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes;-----

- O Ponto 4.3 referia-se à cedência do auditório dos Pousos, recordando que o prazo previsto para a conclusão da obra era final de fevereiro de 2026.-----

----- Concedeu de seguida a palavra ao Presidente da SAMP, para que explicasse as razões que justificavam a celebração do contrato nesta fase, sem que a obra estivesse concluída.-----

----- Carlos Lopes, Presidente da SAMP, explicou que a associação poderia candidatar-se a apoios do POISE e da DGARTES. As candidaturas à DGARTES, na área da programação, podiam ter a duração de um, dois ou três anos e teriam de ser submetidas de imediato, sendo aceites apenas se a SAMP dispusesse de um espaço próprio para executar os projetos propostos.-----

----- As candidaturas ao POISE permitiriam a aquisição de materiais, como telas de projeção e para sombras chinesas, que não estavam incluídos no projeto de construção e que, por essa razão, não seriam fornecidos pelo empreiteiro. Sublinhou ainda que, apesar da comparticipação prevista, a SAMP teria de realizar um investimento significativo. ---

----- Esclareceu igualmente que o auditório não seria exclusivo da SAMP, estando previstos critérios de utilização que permitiriam o acesso à população da freguesia e também a pessoas de fora. Referiu, contudo, que a obra carecia, naquele momento, de



forte apoio técnico na área da luz e do som, uma vez que essas necessidades não tinham sido salvaguardadas no início do projeto.-----

----- João Machado (IL) perguntou a Carlos Lopes se o prazo de duração do contrato, fundamental para justificar o investimento, se referia apenas ao auditório ou também às lojas e à sala. -----

----- Carlos Lopes explicou que a SAMP suportava há mais de vinte anos as despesas e melhorias realizadas nas lojas onde funcionava o “Berço das Artes”, espaço dedicado a crianças entre os zero e seis anos. Acrescentou que, há mais de doze anos, as aulas de musicoterapia para crianças com limitações físicas e mentais decorriam na sala do edifício dos Pousos, a qual possuía condições adequadas, sendo a SAMP responsável pelas despesas de eletricidade.-----

----- Contou ainda que, no ano anterior, a Câmara decidira retomar o edifício da antiga escola primária dos Pousos, até então utilizado pela SAMP, e que, na ausência de contrato, a associação tivera de abandonar o espaço.-----

----- Tiago Santos (PS) questionou se seria a SAMP a gerir todo o calendário do auditório.-----

----- Carlos Lopes confirmou que sim. -----

----- Tiago Roda (PS) manifestou preocupação com a execução da obra do Centro Cultural dos Pousos, lembrando que o processo já se arrastava há dezassete anos. Referiu que, inicialmente, fora contratado um arquiteto que elaborara um estudo/projeto, no qual se gastara uma quantia significativa, mas que, entretanto, ficara obsoleto e inacabado. Posteriormente, foram despendidos mais milhares de euros na contratação de uma equipa conceituada para desenvolver um novo projeto, quando já existiam em Leiria vários auditórios em pleno funcionamento. Questionou como era possível que, após tantos anos e despesas elevadas, se concluísse que o projeto aprovado não oferecia condições para funcionar como auditório, e quem assumiria a responsabilidade por tal falha.-----

----- Visivelmente indignado, afirmou que situações desta natureza não poderiam continuar a repetir-se e que os responsáveis deveriam ser responsabilizados. -----

----- João Machado (IL) perguntou se existia um prazo mínimo para garantir a aceitação da candidatura. -----

----- Carlos Lopes esclareceu que a candidatura à DGARTES fora apresentada no ano anterior, prevendo-se a realização de um espetáculo no auditório no final do presente ano, o que não seria possível. Informou que essas candidaturas eram anuais e podiam prolongar-se até quatro anos, mas que, tendo em conta o andamento da obra e da candidatura, aquele era o momento adequado para avançar. Sublinhou que tal permitiria



corrigir falhas técnicas ao nível da luz e do som, garantindo condições plenas de funcionamento ao auditório. -----

----- Aurélio Silva (PSD) manifestou preocupação quanto à legalidade de celebrar um contrato de comodato de um equipamento com apenas 30% da obra concluída. -----

----- João Machado (IL) reforçou a preocupação, salientando que o contrato estipulava que, no termo da cedência, a SAMP teria de devolver o espaço nas mesmas condições em que o recebera, o que implicaria entregar mais de 60% da obra ainda por executar. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo. -----

----- Este esclareceu que, segundo parecer jurídico da Câmara Municipal, um contrato de comodato poderia ser celebrado em qualquer fase da obra, ao contrário do contrato de direito de superfície, sujeito a regras específicas. -----

----- Aurélio Silva (PSD) insistiu que não seria do interesse da SAMP aceitar um contrato de comodato de um espaço inacabado, quando o que pretendia era um equipamento totalmente concluído. -----

----- O Presidente da Assembleia explicou que a celebração do contrato constituía, sobretudo, uma formalidade que permitiria à SAMP candidatar-se a apoios financeiros para concluir o auditório. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) declarou os seus interesses, por ser sócio da SAMP, e recordou que a população dos Pousos tinha a perceção de que os espaços desportivos eram geridos pelo GRAP e o auditório pela SAMP. Referiu ainda que o projeto inicial contemplava a construção de um auditório e que, segundo as atas da obra, a presença de um consultor artístico da SAMP conduziu à evolução para um Centro Cultural. Questionou se o auditório teria capacidade para todas as atividades da associação ou se continuariam a ser necessárias as lojas e a sala já utilizadas. -----

----- Deixou como sugestão uma visita à obra do auditório por todos os membros da Assembleia, para apreciação direta, visto que do exterior pouco era visível e as plantas não permitiam compreender devidamente o espaço. -----

----- Carlos Lopes respondeu que o auditório não comportava todas as atividades, motivo pelo qual a SAMP continuaria a utilizar as lojas e a sala da União das Freguesias. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) estranhou que, além do auditório, a SAMP mantivesse a utilização daquelas instalações, quando as lojas poderiam render cerca de 7.000,00 € anuais à Junta de Freguesia. Acrescentou que o contrato de comodato apresentava inconsistências, uma vez que a certidão permanente do imóvel descrevia um edifício de cinco pisos destinado a serviços, o que configurava “um edifício que ainda não existia”.



União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
Assembleia de Freguesia

----- Chamou igualmente a atenção para a cláusula que destinava o espaço exclusivamente às atividades do objeto social da SAMP. Questionou qual era, afinal, o objeto social da associação, referindo que não encontrara tal informação em fonte oficial e que a resposta obtida via *ChatGPT* não podia ser considerada válida. Alertou que essa indefinição poderia ter implicações relevantes sobre o acesso ao auditório. -----

----- Levantou ainda outras questões:-----

- Quem teria direito a usufruir do Centro Cultural? -----

- Quem faria o seguro multirriscos? -----

- Quem teria a exploração do espaço? Poderia a Junta de Freguesia realizar eventos livremente? Receberia parte dos lucros de eventos organizados no local?-----

- A que se referia o apoio não financeiro de 1.500,00 € mencionado na cláusula 17?-----

----- Em resposta a esta última questão, o Presidente do Executivo esclareceu, de imediato, que, segundo a jurista da Câmara, este tipo de contratos tinha obrigatoriamente de estipular o valor do apoio como não financeiro. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) propôs que o contrato fosse alterado, tendo em conta os seus comentários. -----

----- João Machado (IL) sugeriu que o contrato assegurasse a utilização do espaço por outras associações da União de Freguesias, impedindo que a SAMP usufruísse do espaço em regime de exclusividade, e que fosse elaborado um regulamento de utilização. -----

----- Sem mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.1, relativo à cedência da Fração “N”, propondo que, à semelhança do contrato anterior, o prazo fosse de cinco anos, renovável de quatro em quatro anos.-----

----- João Machado (IL) apresentou proposta alternativa, defendendo uma duração de dois anos, renovável de quatro em quatro anos, a qual foi rejeitada, com 2 votos a favor (IL, BE), 4 abstenções (PSD) 12 contra (CH, PS). -----

----- Seguidamente, foi aprovada a proposta de José Gaió (CH) de cinco anos, renovável de quatro em quatro anos com 12 votos a favor (CH, PS), 2 contra (IL, BE) e 4 abstenções (PSD). -----

----- Assim, o contrato de comodato da Fração “N” foi aprovado por maioria com 13 votos a favor (CH, BE, PS), 4 abstenções (PSD) e 1 voto contra (IL) de João Machado, por discordar apenas da duração.-----

----- De igual modo, o Ponto 4.2 (cedência das Lojas A e B do Lote 90) foi aprovado com os mesmos resultados de votação.-----

----- Quanto ao Ponto 4.3 (cedência do auditório dos Pousos), foram apresentadas diferentes propostas de duração: -----



União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
Assembleia de Freguesia

- Jorge Moreira (PS) propôs 20 anos;-----
- Ana Bernardes (BE) defendeu 30 anos, face ao investimento exigido e à inexistência de outras associações interessadas;-----
- Nuno Fernandes (PSD) sugeriu que fosse elaborada uma minuta com todas as alterações, a ser analisada pelo próximo Executivo, após a conclusão do auditório. -----
----- O Presidente da Assembleia explicou que a proposta de Nuno Fernandes não satisfazia as exigências das candidaturas. O Presidente do Executivo reforçou que o contrato era essencial para que a SAMP pudesse beneficiar dos apoios em curso. -----
----- Colocadas a votação:-----
- A proposta de 10 anos foi rejeitada com 1 voto a favor; -----
- A proposta de 20 anos foi rejeitada com 6 votos a favor;-----
- A proposta de 30 anos foi aprovada com 8 votos a favor.-----
----- O Presidente da Assembleia propôs, entretanto, um voto de confiança no Executivo, para que, considerando as preocupações levantadas, apresentasse uma nova redação do contrato, delegando no mesmo a confiança de verificar as eventuais alterações que conciliem o maior interesse da Junta de Freguesia, enquanto dona do património em causa, sem prejudicar a SAMP.-----
----- O voto de confiança foi aprovado por maioria, com 15 votos a favor (PS, CH, IL, BE, PSD), e 3 abstenções (PSD). -----
----- Posteriormente, foi aprovada por maioria, a celebração do contrato de comodato com a SAMP para a cedência do auditório, por 30 anos, renovável de quatro em quatro anos, com 13 votos a favor (CH, BE, PS), e 5 abstenções (IL, PSD). -----
----- Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a ordem de trabalhos.-----
----- Pelas 00h15, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão. -----
----- Para constar e para os devidos efeitos, foi lavrada a presente ata, que, após aprovada, será assinada pelo Presidente da Assembleia e pela redatora Isabel Sousa, nos termos do artigo 50.º, n.º 2 do Regimento da Assembleia da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes. -----

O Presidente da Assembleia
Nuno Martinho

A Redatora
Isabel Sousa